



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680135 - SP (2021/0219174-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDA COSTA TEIXEIRA - SP318411  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VITOR THIERRI RODRIGUES (PRESO)  
**PACIENTE** : KAUAN SILVA DE JESUS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VITOR THIERRI RODRIGUES e KAUAN SILVA DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1503072-04.2019.8.26.0535).

Desprovida a apelação, manteve-se a higidez da sentença condenatória, a qual fixou em desfavor dos pacientes à "pena de 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado [...] como incurso no art. 157, §2º, II (por duas vezes), na forma do art. 70, ambos do Código Penal" (fl. 30).

A parte impetrante sustenta que a fixação de regime mais gravoso carece de fundamentação, pois "preenchidos os requisitos legais para a fixação de regime menos gravoso, incabível a manutenção da decisão proferida em primeira instância" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para readequação do regime fixado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que, "para a escolha do regime prisional, devem ser observadas

as diretrizes dos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal, além dos dados fáticos da conduta delitiva que, se demonstrarem a gravidade concreta do crime, poderão ser invocados pelo julgador para a imposição de regime mais gravoso do que o permitido pelo quantum da pena" (AgRg no HC 653.315/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 24/6/2021), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente